

## DOSSIÊ "INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL"

Sílvia Helena Vieira Cruz\*

BCH-UFC

Os artigos que inauguram a nossa seção temática foram produzidos a partir de pesquisas realizadas pelo Núcleo Desenvolvimento, Linguagem e Educação da Criança, do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará. Estas pesquisas expressam o esforço desta universidade de conhecer melhor e contribuir para superar os grandes desafios postos para a educação no nosso estado. No referido Núcleo, baseadas numa concepção comum de desenvolvimento e educação da criança em espaços coletivos, as linhas de pesquisa abrangem tanto as áreas de Educação Infantil como de Educação Especial. Neste momento, estamos apresentando trabalhos da área de Educação Infantil.

A partir da evidência da importância das experiências iniciais para o desenvolvimento da pessoa, tem havido um interesse crescente pela qualidade das vivências oferecidas nas creches e pré-escolas. A construção da identidade da Educação Infantil enquanto campo de atuação profissional é um processo inacabado e marcado por controvérsias; a Pedagogia da Infância não é ainda uma realidade entre nós. No entanto, já é consenso entre os pesquisadores da área que estas instituições devem ter como foco a criança, com suas antes insuspeitadas capacidades de interação e compreensão; múltiplas possibilidades de linguagem, formas características de entender e se relacionar com o seu contexto social e cultural. Enfim, a criança, com todas as suas necessidades e desejos, tomada na sua inteireza – o que significa que todos os aspectos do seu desenvolvimento devem ser igualmente privilegiados. Também se acredita que, devido às características peculiares desta etapa do desenvolvimento, há uma necessária inter-relação entre educação e cuidado que a criança pequena precisa. E, através do oferecimento de oportunidades

diversificadas para a ampliação dos seus conhecimentos e a expressão de suas idéias e sentimentos, tal trabalho deve contribuir firmemente para a autonomia da criança e para a construção da sua identidade. Evidentemente, estas concepções de criança e de Educação Infantil demandam o trabalho qualificado de professores com formação específica para o trabalho educativo com esta faixa etária: além de formação inicial, torna-se imprescindível que tenham acesso a diferentes formas de aperfeiçoamento profissional, inclusive o acompanhamento freqüente e contínuo da sua prática.

As práticas pedagógicas desenvolvidas com as crianças, têm sido alvo de grande interesse no núcleo Desenvolvimento Linguagem e Educação da Criança. Vários trabalhos têm focado as ações desenvolvidas pelos órgãos públicos responsáveis pela Educação no estado do Ceará e no município de Fortaleza e as suas repercussões nas oportunidades educacionais oferecidas às crianças. No número anterior desta revista (n.º 43), a prática pedagógica desenvolvida nas salas de pré-escolas da rede municipal, vinculadas à Coordenadoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social – SEDAS, foi enfocada por Fátima Maria Araújo Sabóia Leitão, que procurou conhecer a que concepções elas recorrem, quais recursos práticos dispõem para tomar suas decisões e que apoios recebem nesse sentido. Sandra Maria de Oliveira Schramm também apresenta a sua investigação do cotidiano da escola, em que buscou compreender como as experiências escolares estão contribuindo para a formação de sujeitos morais. No mesmo número, Inês Mamede, analisou os efeitos colaterais do chamado "redimensionamento das classes de alfabetização"<sup>1</sup> nas concepções e práticas de professoras alfabetizadoras e Bernadete de Souza Porto defende a importância da ludicidade para o processo de alfabetização de crianças.

No estágio de transição em que vivemos, ainda há vários equipamentos destinados ao atendi-

\* Doutora em Psicologia pela Universidade de São Paulo, professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará e integrante do Grupo Gestor do Fórum de Educação Infantil do Ceará.

<sup>1</sup> Trata-se do tratamento dado pelo sistema à extinção, em 1997, das chamadas classes de alfabetização, que o estado do Ceará mantinha até então.

mento em creche e pré-escola<sup>2</sup> sob a responsabilidade da área assistencial. Assim, no âmbito do governo estadual, as creches comunitárias, que se constituem em quase única oportunidade de atendimento em período integral para as populações pobres da nossa cidade, são subordinadas à Secretaria do Trabalho e Assistência Social – SETAS. Quanto à esfera da municipalidade, encontramos tanto as creches comunitárias (mantidas pela Operação Fortaleza – OPEFOR) como unidades outras tais como UPAMs, CIACs etc., vinculadas à Coordenadoria de Assistência Social, órgão da Secretaria Municipal de Educação e Assistência Social – SEDAS.<sup>3</sup> O artigo de Maria Celina Furtado Bezerra e Costa, investiga o atendimento oferecido por esta Coordenadoria, buscando conhecer como as professoras concebem e realizam o trabalho com as crianças de três e quatro anos de idade, especialmente quanto à relação entre educação e cuidado.

O trabalho realizado nas creches comunitárias foi tema de dois trabalhos, ambos com raízes numa pesquisa realizada na segunda metade dos anos noventa, "O atendimento em creches comunitárias da cidade de Fortaleza: diagnóstico da situação atual",<sup>4</sup> que nos trouxe informações iniciais acerca das características desses equipamentos (instalações, materiais, pessoal, rotinas, relações com usuários etc.) e da visão das professoras e famílias usuárias sobre o trabalho ali desenvolvido. Entre os aspectos identificados, que demandavam maior compreensão, estava a rotina a que são submetidas as crianças, marcada por longos períodos de espera e de ociosidade – este foi o tema a que Rosimeire Costa de Andrade se dedicou. Um outro aspecto, igualmente preocupante, foi a submissão observada na maioria das crianças; assim, a pesquisa que coordenei procurou compreender melhor este processo

<sup>2</sup> Estamos adotando aqui a terminologia adotada nos textos legais: o atendimento em creche refere-se à faixa de zero a três anos, enquanto a pré-escola destina-se às crianças de quatro a seis anos.

<sup>3</sup> As classes de pré-escola, que funcionam em escolas municipais ou nos chamados "anexos" destas escolas, se filiam à Coordenadoria de Educação da mesma Secretaria.

<sup>4</sup> Tal pesquisa, financiada parcialmente pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico – CNPq, envolveu vários alunos do curso de Pedagogia da UFC e possibilitou a elaboração de diversos trabalhos apresentados em encontros locais e nacionais (como CRUZ et al, 1998, CRUZ, 1999, ANDRADE e PEREIRA) e um artigo (CRUZ, 2001).

de disciplinamento e dar maior visibilidade à perspectiva da criança acerca das suas experiências cotidianas nestes equipamentos. Também Cristiane Amorim Martins procurou captar e entender as perspectivas das crianças aceitando o desafio de ouvi-las. No seu artigo, ela discute as facetas da concepção que ela própria tem acerca do que é ser criança.

O artigo de Maria de Fátima Vasconcelos da Costa trata de um tema especialmente importante para o desenvolvimento infantil e, conseqüentemente para o trabalho educativo com a criança pequena: o jogo. Ela explora as relações entre jogo e linguagem a partir da compreensão de que ambos podem ser aproximados enquanto processos de significações.

Em seu conjunto, tais artigos apresentam um quadro preocupante. A creche e a pré-escola deveriam se constituir em instrumentos de justiça social, ampliando as possibilidades de desenvolvimento e de aprendizagem das crianças. No entanto, há evidências de que as práticas efetivamente oferecidas nos estabelecimentos aqui enfocados contribuem para aumentar o fosso que já existe entre as crianças que os freqüentam e as que podem ter acesso a melhores oportunidades de educação, expressando e aprofundando a injustiça social.<sup>5</sup>

Há, portanto, urgência de grandes investimentos nesta área, a fim de possibilitar o desenvolvimento de práticas pedagógicas de maior qualidade. Vale destacar que, em que pesem a importância de uma estrutura física adequada e a disponibilidade de bom material pedagógico em quantidade suficiente, estes estudos ressaltam a necessidade de qualificar e valorizar o trabalho das professoras da Educação Infantil (neste sentido, também trazem elementos importantes para embasar a elaboração de programas de formação iniciada e continuada desses profissionais).

Apontar estas necessidades com base em trabalhos pautados no rigor científico também é parte da contribuição que a universidade deve dar para que a Educação Infantil tenha, efetivamente, a qualidade que todas as crianças precisam e merecem.

<sup>5</sup> Vale lembrar que o princípio da *acessibilidade* é condição para um atendimento igualitário. O acesso a serviços de qualidade não pode depender da capacidade dos pais de pagarem pelo serviço, muito menos em uma sociedade onde a maioria da população não tem uma renda que viabilize isso. Assim, cabe ao Estado garantir um atendimento de qualidade.